

HERMES SILVESTRE DA SILVA

**A APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS INCLUSIVAS
COMO FORMA DE SOCIALIZAÇÃO**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO DE MOEMA
JABOTICABAL-SP**

2009

HERMES SILVESTRE DA SILVA

**A APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS INCLUSIVAS
COMO FORMA DE SOCIALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luís, como exigência parcial para a conclusão do CURSO de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Educacional

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO DE MOEMA
JABOTICABAL-SP
2009**

Dedico este trabalho á minha esposa Izilda, aos meus filhos, pois sem eles este sonho não poderia se tornar realidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

A minha família e a todos os meus amigos, em especial: Lígia, Alexandre e Clayton, que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

A todos os professores, pela paciência, dedicação e disponibilidade nos momentos de orientação e esclarecimentos de dúvidas.

Aos colegas de curso de pós-graduação, pela alegria do convívio durante todo o curso.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso de pós-graduação que se apresenta, procura estudar a importância da interação entre os alunos, juntamente com a participação da família e comunidade, bem como a importância dos jogos em contexto inclusivo para a aprendizagem de crianças com necessidades especiais que frequentam a escola regular. Objetivo uma reflexão sobre materiais que auxiliam as crianças especiais a desenvolverem atividades lúdicas com maior facilidade e estimulação. Para a realização deste trabalho, utilizei da observância de atividades práticas que vêm atrelados aos pressupostos críticos e às especificidades do jogo dentro da escola. Serão estudados os autores aqui apresentados: Bock, Ferreira, Furtado, Lacan, Mantoan, Poletto, Sasaki, Siauly, Teixeira e Werneck entre outros. Este trabalho será estruturado em três capítulos que abrangerão temas como: família - alicerce primordial e fundamental, o jogo em contexto inclusivo e crianças especiais nas escolas regulares. Incluiremos ainda neste trabalho, introdução, os direitos das crianças protegidos por leis e conclusão.

Palavras-chave: direito, família, criança especial, jogo, inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 FAMÍLIA - ALICERCE PRIMORDIAL E FUNDAMENTAL.....	9
1.1 A família e a escola: estimulação lúdica.....	9
2 O JOGO NO CONTEXTO INCLUSIVO.....	14
2.1 Breves considerações.....	14
2.2 O contexto da educação inclusiva.....	15
3 CRIANÇAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS REGULARES.....	22
3.1 Inclusão de crianças em escolas regulares.....	22
3.2 Os jogos em salas de aula.....	24
3.3 Propostas de desenvolvimento.....	25
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso surgiu do interesse pela investigação do brincar e suas relações com a aprendizagem em escolas inclusivas. Neste contexto, procurei aprimorar minha pesquisa no sentido de verificar os direitos da criança com relação à educação e na condição de educadora do ensino da Educação Infantil e Fundamental, entender através de pesquisas a importância dos jogos como recursos pedagógicos para incluir crianças portadoras de necessidades especiais em escolas de ensino regular.

Com o propósito de buscar novas concepções e padrões que permitem incluir no cotidiano a prática em sala de aula, surgiu a seguinte pergunta: De que maneira é possível utilizar o jogo como um instrumento valioso na aprendizagem em salas inclusivas? Hipóteses foram levantadas, sendo a mais relevante a de que o brincar é uma atividade natural que revela o mundo interno da criança, ou seja, é através do brincar que acontece a interação da realidade com o mundo simbólico, o que possibilita a descarga dos conflitos e medos que estão presentes no processo de cresci-

mento. O jogo como agente de socialização contribui para formar atitudes como: respeito, solidariedade, cooperação, etc.

Procuro entender e explicar a integração do jogo no contexto educacional, investigando que é possível ocorrer à aquisição de conhecimento a partir desse recurso em salas com crianças portadoras de necessidades especiais

A literatura consultada mostra-nos a importância de utilizar os jogos como um instrumento pedagógico, na medida em que proporciona prazer à criança, pois é através do brincar que ela expressa diversos sentimentos, como agressividade e angústia.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, servindo-se de literatura dirigida aos jogos e à educação.

Para abordar todos os aspectos mencionados, o trabalho foi dividido em três capítulos. O capítulo 1 intitula-se, “Família – Alicerce Primordial e Fundamental”, mostra a importância da participação da família, principalmente nos primeiros anos da criança. O capítulo 2 “O Jogo em contexto inclusivo”, procura mostrar a diferença entre o conceito de inclusão e interação, e analisa a prática de orientadores que utilizam o jogo com crianças que possuam necessidades especiais. No capítulo 3 “Crianças especiais nas escolas regulares”, apresenta situações que surgem nas salas de aula, com aplicação de jogos e propostas de desenvolvimento.

Na conclusão, retomaremos pontos importantes presentes no desenvolvimento da pesquisa.

1 - FAMÍLIA - ALICERCE PRIMORDIAL E FUNDAMENTAL

1.1 A família e a escola; estimulação lúdica

O psicanalista francês Lacan define a família como: “Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão de cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com elas disputadas por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico” (LACAN, 1987, P.13).

Segundo Ferreira (1993) Novo dicionário de língua portuguesa, atribui como significados de família, “o pai”, “a mãe”, “os filhos”, “conjunto de parentes”, “pessoas do mesmo sangue”, “descendência”, “linhagem”.

Segundo Bock (1998), desde que uma criança nasce, ela entra num mundo cuja construção não participou. Trata-se do mundo social, a realidade objetiva, que se constitui de um modo de organização da sociedade, de uma cultura, de instituições como a família, a igreja, a escola, ou seja, todo produto da construção humana.

A autora afirma que a sociedade se organiza em diferentes níveis: “institucional”, “organizacional”, “grupai” e que a forma de as instituições serem assumidas pelos sujeitos se dá pelo processo de socialização. Entretanto a socialização não é simplesmente a transmissão dos valores e normas institucionais pelos sujeitos, mas é, antes, um processo de interação entre o sujeito e os grupos.

A família, por exemplo, é um grupo que busca promover essa interação. A criança já nasce dentro de um grupo, o grupo familiar e, a partir desse momento, ela vai ampliando suas relações com o mundo, sempre se relacionando em grupos.

“O grupo familiar tem sua função social e é determinado por necessidades sociais. O grupo familiar deve garantir o provimento das crianças, para que elas futuramente exerçam atividades produtivas para a própria sociedade, e deve educá-las para que elas tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem”. (BOCK, FURTADO E TEIXEIRA, 1998, p.238).

Bock analisa três aspectos em relação à família:

A educação primária além de ser um direito da criança, é o primeiro aspecto, que aponta a família como responsável pelo modelo que a criança terá em termos de conduta, no desempenho de seus papéis sociais, das normas e valores que controlam tais papéis. Dessa forma, os filhos passam a se comportar visando à figura dos pais, a menina terá um forte exemplo de como a mulher deve comportar-se, baseado no exemplo da própria mãe, e o menino, baseado na figura do pai. Os pais também controlam explicitamente o comportamento de seus filhos, para que eles tenham um desempenho considerado adequado de acordo com os padrões sociais.

É, portanto, na vida familiar, na expressão das emoções entre os membros da família, que a criança aprenderá a respeitar as limitações culturais do prazer. Esse processo acontece mais no plano afetivo que no racional e tem caráter repressivo. Reprimir, neste sentido significa mandar de volta ao inconsciente, sentimentos proibidos ou pouco aceitos socialmente.

O segundo aspecto em que a autora afirma é que a criança estrutura seu ego durante o período de desenvolvimento (nascimento e a puberdade), na qual ela passa junto à família, e por estar ainda em formação, não tem condições de evitar as exigências do prazer que provém do inconsciente. Por isso, muitas vezes não se comporta segundo as normas culturais.

No terceiro aspecto autora destaca que a criança adquire a linguagem na família, pois é a condição básica, para se viver em sociedade, que ela se comunique com os outros e consiga entender a si mesma. Mas, para poder entrar em contato com o outro, a criança precisa do princípio da realidade, de uma base racional, ou seja, ela precisa separar o que é seu desejo e o que é permitido pela cultura. Esse princípio, então, só é conseguido através da linguagem. A partir desses conceitos, percebemos a importância na estrutura social, da função da família na introdução do indivíduo na sociedade.

Em todas as sociedades, desde as primitivas, e na nossa atualmente, encontramos certa estrutura familiar (núcleo familiar) composta por pai, mãe e filhos.

É a partir do processo da socialização que a família irá perpetuar valores, levando a ter um caráter conservador. Porém, como afirma Bock (1998), “primeiro, é preciso esclarecer que as famílias não são todas iguais, e que temos famílias mais conservadoras e outras mais liberais. Mas, de maneira geral, a família é uma forte reprodutora das normas e valores sociais. Essa função confere-lhe o caráter conservador, já que ela está aí para manter e não para transformar a sociedade”.

Bock (1998, p.242), esclarece que é “no seio da família, particularmente no caso das classes subalternas, que compõem a maioria da sociedade, esse caráter ideológico aparece na forma da expectativa de acumular riquezas, de ver seus filhos bem colocados na vida, de seguir um padrão moral considerado correto pela sociedade. Essa expectativa mantém a família coesa, apesar de raramente ser cumprida. A ideologia tem uma função imaginária, mas é sentida como realidade”.

Segundo Ferreira (1993) Novo dicionário de língua portuguesa, atribui como significados de escola: “estabelecimento de educação, público ou privado no qual o ensino, geral ou especializado, é ministrado de forma coletiva e segundo uma plani-

“sistematizada”; “conjunto dos alunos, professores e pessoal auxiliar de um desses estabelecimentos”; “edifício onde funciona um desses estabelecimentos”; “sistema”; “seita”; “doutrina filosófica”; “experiência”; “exemplo”; “aprendizagem”.

Segundo Bock (1998), a família e a escola são responsáveis pela reprodução de normas e valores sociais, poderá ter um sentido crítico, em outras vezes conservador o que é esperado pela sociedade

A autora afirma que a família é responsável pela reprodução e pela preparação física da criança, criando um futuro trabalhador.

Segundo Bock, essa ideologia social irá produzir uma família monogâmica, conservadora e crente na possibilidade de ascensão social.

Além da família, a escola também é uma importante fonte de socialização. A escola tem um papel conservador, pois é responsável também pela reprodução das normas e valores sociais e, por conseguinte, mantenedora do contexto social.

Assim como a família, a escola reproduz as relações de autoridade e seleção presente em nossa família. Em termos de autoridade, por exemplo, a figura do educador substituirá a figura do pai, pois ela representará normas e valores transmitidos na escola, será valorizado ou temido pelo poder que lhe é atribuído.

Segundo Bock (1998), é na escola que a criança começa ser classificada dentro da família, ela não tem modelo de diferenciação social. O desempenho da criança também é marcado por uma desigualdade, ela é mais, ou menos inteligente.

Poletto (2005), afirma que no desenvolvimento da criança é necessário aplicar tarefas fundamentais, complexas e dinâmicas, ocorrendo à ligação das forças genéticas e ambientais.

Segundo a autora, as crianças se desenvolvem em interação com pessoas, instituições, creches, escolas, comunidades, famílias, entre outras. De acordo com

Kotliarenco, o jogo pode estimular e reforçar as situações familiares e comunitárias, assim como estimular as competências cognitivas.

Poletto, embasada em Zamberlan e Biasoli-Alves, define que o papel dos pais, além de desenvolver, bens, sustento dos filhos, educação informal e preparo à educação formal, consiste em transmitir valores culturais de diversas naturezas (religiosos, morais, tradicionais, acadêmicos). Os pais possuem a missão de dividir afazeres e controlar rotinas, as quais não consistem no desenvolvimento de sua personalidade. Na infância, a relação entre pais e filhos necessita uma satisfação de necessidades de afiliação, compartilhamento de brincadeiras e identificações com os outros. Assim, não só a família se torna agente socializador de importância na infância, mas outras interações que ampliam sua rede de relações sociais podem contribuir decisivamente para o desenvolvimento.

A autora aponta algumas mudanças que têm ocorrido nas relações sociais das famílias, como menor tempo de contato entre os cônjuges e seus filhos, maior exposição das crianças à TV e a outros grupos que orientam tarefas e lazer.

A estimulação lúdica para criança também passou a ser um fator muito importante nesta relação, pois o brincar é uma ferramenta que a educadora pode utilizar para conseguir integrar a criança com o restante da sala e também diminuir as diferenças existentes nesta relação.

2 – O JOGO EM CONTEXTO INCLUSIVO

2.1 Breves considerações

Para falar da importância da educação inclusiva, é indispensável abordar, antes, a questão da inclusão, ou seja, o processo de tornar participante do ambiente total, incluindo todos os aspectos e dimensões da vida, como os fatores econômico, cultural, político, religioso e todos aqueles que se encontram por razões de qualquer ordem excluídos.

O conceito para exclusão e inclusão social, é definido como força de argumentação, efetivando diferenças de potencial, organizando assim uma das grandes preocupações da sociedade capitalista do século XXI.

Segundo Mantoan (2003), são considerados excluídos todos os grupos de pessoas que não participam, na sociedade capitalista, do consumo de bens materiais, (produtos, mercadorias e serviços) e que estão fora dos processos produtivos, do acesso à bens culturais, saúde, educação, lazer e outros, todos componentes da cidadania.

No Brasil o conceito, exclusão social, vem estabelecer nos anos 80, outros conceitos menores e setoriais, como segregação, marginalização, discriminação, miséria e pobreza.

Portanto, a exclusão social, tornou-se um dos maiores problemas da sociedade atual, que busca através de organizações governamentais, não governamentais, organismos internacionais comprometidas com o desenvolvimento econômico e social, (BID, Banco Mundial, ONU, UNESCO, UNICEF, FAD), considerando-se o avanço da globalização e do sistema neoliberalismo, têm-se preocupado com o aumento

significativo de populações marginalizadas, através do desemprego, subdesenvolvimento, preconceito, discriminação religiosa, étnica e cultural.

Desta forma, a inclusão social busca através dos processos de ações públicas e privadas inserirem, no contexto social, todos aqueles grupos ou populações marginalizadas historicamente, ou em consequência das mudanças políticas, econômicas ou tecnológicas da atualidade.

2.2 O contexto da educação inclusiva

Uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, considerando as instituições educacionais como instrumento socializador, nessa perspectiva, o poder público e privado estabelecem conjunto de políticas públicas e particulares, objetivando a escolarização a todos, enfatizando a infância e juventude.

Nesse contexto recebe atenção especial o direito à integração de portadores de deficiências (físicas ou mentais, diagnosticadas ou não) nas escolas regulares, pressupondo a formação profissionalizante e a consciência cidadã.

No Brasil várias leis e documentos internacionais estabelecem os Direitos das pessoas portadoras de deficiências.

Segundo a matéria extraída da Revista Nova Escola (2006, p. 14):

“A constituição da República de 1988, prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito a escola para todos; e coloca como princípio para a educação o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

São termos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394/96, capítulo V – Educação Especial – Art. 58, Art. 59 e Art. 60:

Artigo 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores das necessidades especiais

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Artigo 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Artigo 60 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único - O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan: “Para ensinar a turma toda, parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios. É fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desista nunca de buscar meios que possam ajudá-los a vencer os obstáculos escolares”.

Mantoan afirma que um novo cenário surge através do pensar, propor, refazer, aprimorar, retificar, excluir, ampliar, seguindo novas concepções no decorrer do processo, sendo que estas mudanças tornam-se difíceis e considerando que as con-

cepções fundamentam-se na ciência e no exercício de novos paradigmas provocando insegurança por não encontrarem a sustentação científica.

Entretanto, ousar, inovar e experimentar permite liberdade de ações possibilitando formas de interpretação e conhecimento para efetivar as mudanças.

Mantoan acredita que o processo de transformação é em longo prazo, presumindo que novas concepções requerem cientificidade, o momento oportuno para transformações começa a surgir no sistema educacional como práticas isoladas.

Entretanto ainda não há mudanças significativas no currículo das escolas, pois elas apenas fragmentam o conhecimento sem priorizar e contextualizar as inter-relações dos indivíduos.

Neste contexto buscamos formas alternativas, não só para portadores de deficiência, mas, para todos os excluídos socialmente.

Mantoan, (2003, p.53), “A inclusão também se legitima porque a escola, para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes confiará oportunidades de ser e de viver dignamente”.

Segundo Mantoan (2003), o currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças e não o contrário. As escolas devem oferecer opções curriculares dentro da realidade estabelecida, priorizando a diversidade. A criança com necessidades especiais educacionais deve ser contemplada com programas regulares de estudo.

O objetivo principal deve estar pautado em uma educação igual a todos, a partir do pressuposto que existem padrões diferenciados a serem construídos na aprendizagem.

Segundo a autora, a escola se democratizou abrindo-se novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza, e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria “possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos”.

Mantoan afirma que a escola como agente formador social deve contemplar a diversidade humana através das conexões estabelecidas entre: saber passados e o fazer das atividades humanas no cotidiano, atendendo qualquer aluno que não se encaixe no modelo atual.

Segundo especialistas em inclusão, a escola organizada como está, produz a exclusão. Os conteúdos curriculares são tantos que tornam os alunos, educadores e pais reféns de um programa que pouco abre espaço para o talento das crianças.

Como afirma em entrevista realizada para a Revista Nova Escola, “Isso ocorre não só com crianças com deficiência, mas também com crianças discriminadas” (Mantoan, 2005, p. 24).

Portanto, a escola não prioriza o universo do conhecimento referente à acen- tuadas e rápidas mudanças nos segmentos sócio-econômicos e tecnológicos, impli- cando na reflexão do processo de integração para a inclusão exigindo repensar as práticas pedagógicas e enfrentar obstáculos atitudinais.

Segundo Sassaki (1999), a década de 60, foi um período de grande criação de instituições especializadas. A partir do final da década de 60, iniciou um movi- mento para inserir pessoas portadoras de deficiência na sociedade.

Mantoan (1997), observa que “O paradigma vigente de atendimento especia- lizado é segregatório e extremamente forte e enraizado no ideário das instituições e na prática dos profissionais que atuam na educação especial”

As práticas educativas precisam romper com os princípios conservadores e tradicionais acreditando na fusão do ensino regular com o ensino especial.

Mantoan (1997), afirma que “Fundir significa incorporar elementos distintivos para se criar uma nova estrutura, na qual desaparecem os elementos iniciais, tal qual eles são originalmente”.

Segundo Mantoan (2003), “os termos integração e inclusão são vocábulos que expressam situações diferentes de inserção e que detrás se posicionam em execuções diferentes” (p.20). Prossegue ainda enfatizando que: “integração tem sido compreendida de diversas maneiras, surgindo em função dos questionamentos quanto às práticas escolares de segregação, assim como atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência intelectual” (p.21).

Werneck (1997), complementa que estes dois sistemas de ensino existem semelhanças e diferenças. A semelhança é que ambos promovem a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais. A diferença é que a integração é a inserção parcial. Portanto, é necessário que nesta forma de inserção não ocorra a “reestruturação da escola”.

Segundo a autora a inclusão é a inserção total e educacional, que foi chamada de “caleidoscópio” por educadores canadenses. Este sistema de organização de ensino exige uma transformação da escola, ou seja, uma ruptura do sistema educacional.

Segundo Mantoan (2003), “O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõe. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado”.

Ainda segundo Mantoan (2003), a singularidade da organização de ensino, pressupõe, a complementação da diversidade no ensino-aprendizagem como forma única no atendimento a todas as crianças sejam elas portadoras de necessidades especiais ou não, como mostra o sistema caleidoscópico fundamentado a relevância de todas as partes que o compõe, sem fragmentação.

A autora afirma que a prática em sala de aula deve ser questionada e repensada partindo do pressuposto que o padrão educativo vigente não inclui, não insere as crianças a construção de padrões a partir das necessidades singulares de cada um, considerando a bagagem de conhecimento que elas trazem para o espaço escolar.

O sistema de ensino deve ser reestruturado, segundo Mantoan e fundamentado em concepções que contemplem a todos, sem restrições e fragmentações na perspectiva de garantir a busca constante na qualidade do ensino, com o objetivo de atingir a todos os alunos que fracassam na vida escolar.

Portanto, Mantoan (2003), acredita que a inclusão é uma opção que não é incompatível com a integração, mas é um movimento que vem questionar políticas e a organização das estruturas escolares regulares e especiais. A inclusão tem um caráter de reunir alunos com e sem dificuldades, funcionários, educadores, pais, diretores, enfim, todas as pessoas envolvidas com a educação.

Para concluir Mantoan (1997 p. 235), afirma que “a integração traz consigo a idéia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente ser aceita. Já a inclusão traz o conceito de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entretanto em um processo de constante dinamismo político social”.

3 - CRIANÇAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS REGULARES

3.1 Inclusão de crianças especiais em escolas regulares.

É fundamental lembrar inicialmente que, a lei prevê e garante o direito da criança à educação. É um amparo constitucional e direcionado à todas as crianças.

Segundo Maria Teresa D'Amaral, "Porque o que o deficiente quer é o direito à igualdade. Não o direito de ser igual, mas a possibilidade de, sendo diferente, ter acesso aos mesmos direitos. Ter respeitada sua diversidade, o conteúdo da sua competência e não a medida da sua eficiência, ter a marca do humano sobressaindo como possibilidade de sua diversidade".

A inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas regulares, envolve a todos e aprendemos interagindo com as diferenças. Os educadores que trabalham com crianças portadoras de necessidades especiais desenvolvem suas atividades normalmente e adaptam sua interferência às necessidades de todas as crianças.

Ao receber uma criança portadora de necessidades especiais, o educador deve avisar as demais crianças, explicando qual a deficiência que a criança tem e que com a ajuda de todos irão aprender a se comunicar com ela, integrando-a ao grupo em todas as atividades.

Em sua sala de aula, a criança especial é feliz, interage e tem um bom relacionamento com todas as pessoas em qualquer dos espaços da escola, ela se comunica através de gestos, sinais e expressões faciais, demonstrando seus desejos, ansiedades e sentimentos. Reconhece o educador, indica para seus familiares onde é a sua sala de aula e quais são seus colegas. A sua chegada e entrada na escola é tranqüila. Ao entrar na sala de aula, todos os colegas vêm em sua direção para se

cumprimentarem com o toque das mãos, ao que ela responde com expressões faciais e sinais com a mão.

Em atividades de escrita ela termina mais rápido, pois vê que sua atividade não se parece com a dos colegas, então, perde o interesse. Neste momento o educador deve intervir dizendo que sua atividade está linda e que quanto mais fizer, mais linda será. Às vezes ela pede auxílio a seus colegas, que sempre estão dispostos a ajudar.

Em alguns momentos brincam juntos e inventam falas, compartilham de brinquedos e brincadeiras.

Reconhece seu corpo e indica cada parte dele, bem como seus materiais e objetos pessoais.

Para se alimentar, ela utiliza um copo com bico (suga), e por apresentar movimentos involuntários às vezes necessita de auxílio, Eventualmente ofereço leite na caneca da escola e ela não aceita, aponta para sua mochila indicando que seu copo está lá. Alimentos sólidos como pães e bolachas ela apanha e come.

Em certos casos, independente da idade da criança, é necessário o uso de fraldas, portanto requer uma atenção maior do educador.

Geralmente a criança entende tudo que lhe é dito, todas as regras de convivência da turma e também das atividades, mas quando a atividade é parque, por exemplo, ela se diverte muito e não quer sair.

Quando todos estão realizando atividade de matemática, ocorre que às vezes a criança especial quer utilizar as tintas, então o educador deve perguntar a todos os colegas se é atividade de artes que estão realizando, todos respondem que não é atividade de artes e que não é dia de tintas. Neste momento o educador deve dizer a ela que todos estão fazendo à mesma atividade que é de matemática e não de tintas

e que todos são iguais e portanto todos têm que fazer a mesma atividade e finaliza dizendo que quando for dia de tintas, todos irão usar as tintas.

Em situações deste gênero, o educador deve fazer algum tipo de avaliação, para que todas as crianças, inclusive as especiais, entendam que existem regras que devem ser respeitadas por todos, não havendo distinção.

Analisando como um todo, notei que o nível de aceitação da criança, para com a criança especial é de 100%, uma vez que elas até disputam entre si para auxiliarem as “especiais” quando necessário, além de ser notório o carinho entre elas.

3.2 Os jogos em salas de aula

Os jogos são utilizados nas salas de aula e isso é importantíssimo, uma vez que ajudam as crianças a desenvolverem o raciocínio e construam o seu conhecimento de forma descontraída. Há possibilidade de conteúdos específicos, confeccionando vários tipos de jogos, mesmo que os recursos não permitam a aquisição de jogos caros e sofisticados. Um exemplo disso foi à confecção do jogo da memória pelas próprias crianças.

Os jogos oferecem oportunidades para exploração dos aspectos da vida, compreendendo como o mundo funciona, e como lidar com ele a sua maneira. Além disso, é uma maneira das crianças se comunicarem, aprendendo a relacionar-se com os outros, convivendo com diferentes sentimentos.

Com o lúdico a criança ultrapassa seus próprios limites, adquirindo autonomia na aprendizagem. O jogo é um ótimo recurso pedagógico, pois trabalha as diversas áreas do conhecimento. Com o desenvolvimento sócio-afetivo, que ajuda a criança a ser menos egocêntrica, aprendendo a colaborar, competir e conhecer regras de maneira sadia. No desenvolvimento cognitivo existe uma elaboração, classificação, es-

truturação de tempo e espaço, primeiros elementos de lógica e resolução de problemas simples.

Para desenvolver estas habilidades pode-se aplicar o Jogo da Árvore, onde as crianças ficam em grupos sendo necessário a colaboração e atenção. No tabuleiro existe uma grande árvore, e quando se joga o dado sabe-se a quantidade de elementos que serão inseridos na árvore. Além disso pode-se utilizar diversas cores e dois dados, um com número e o outro com as cores.

É importante também trabalhar as habilidades na área motora, que permite à criança a oportunidade de criar, montar seus próprios jogos, melhorando suas habilidades, através de estímulo a ultrapassar desafio.

3.3 Propostas de desenvolvimento

Segundo matéria extraída da Revista Nova Escola (2006 p. 58), “para quem não enxerga ou não consegue se movimentar; equipamentos, objetos e brinquedos inclusivos possibilitam um aprendizado mais fácil”.

Segundo Meire Cavalcante, que escreveu a matéria, a criança chega à escola sem falar ou mexer os braços, portanto cabe a escola promover recursos que ajudem no desenvolvimento das crianças com necessidade especiais.

Como exemplo, um recurso que pode ser usado é um material flexível que pode ser adaptado à tesoura e não é necessário encaixar os dedos, podendo facilitar o aluno que possui alguma dificuldade no manuseio com as mãos e dedos.

Outro exemplo prático é um material chamado de colméia, que deve ser utilizado sobre o teclado do computador e impede que a criança que tenha dificuldade motora aperte a tecla errada.

Siaulys (2005, p. 7), acredita que é possível adaptar jogos para as crianças com dificuldades educacionais, para que através deste recurso elas consigam superar suas “dificuldades e aprendam a brincarem juntos e enfrentarem a vida com otimismo e alegria”.

Em seu livro a autora apresenta várias sugestões de brincadeiras, como o jogo de *Forme Formas*, que são placas retangulares que contém orifícios que forma figuras geométricas. Com este jogo as crianças aprendem as formas e são capazes monta-las com os pinos brancos, o que também ajuda na coordenação motora e noções de espaço, direita, esquerda, em cima, embaixo.

O *Brailito* é um brinquedo destinado a crianças com comprometimento na visão. É um jogo parecido com o dominó, mas representado as letras em braile, pede-se que as crianças encaixem as letras iguais e acompanhem o alfabeto em braile.

Na realidade são inúmeros os jogos que podem ser adaptados com materiais de uso diário em sala de aula, a fim de auxiliar e atender as necessidades de todos os alunos, principalmente os especiais.

No jogo da memória por exemplo, o mesmo pode ser confeccionado a partir de materiais com texturas diferentes e variadas como cortiça, feltro, lixa, algodão, pelúcia, emborrachado, etc.

Siaulys (2005), sugere vários materiais necessários para a confecção de brinquedos e diversas brincadeiras, mas deixa claro que é possível descobrir diversas maneiras de brincar, tendo ótimos resultados com as crianças.

CONCLUSÃO

De acordo com minha pesquisa, concluí que o brincar é necessário para o ser humano e que, através dele a criança não apenas se diverte, mas também se desenvolve enquanto pessoa, enquanto ser social, uma vez que não é simplesmente um ato comum, mas um ato extremamente complexo, carregado de valores, de finalidades éticas, os quais vão contribuir também no desenvolvimento da personalidade da criança, de sua identidade, do sucesso de seu relacionamento social, de sua convivência com as conquistas, com as realizações, com as frustrações, desilusões, decepções, bem como lidar com a diversidade de sentimento com os quais nos deparamos a todo instante, no nosso dia-a-dia durante toda nossa existência.

Portanto, além de proporcionar prazer, conflito, frustração, realização e diversão, o jogo pode representar um desafio e suscitar o pensamento reflexivo na criança. É esta ambigüidade que me leva a repensar na prática, enquanto educadora o espaço que tenho propiciado e o quanto devo contribuir para que este desenvolvimento ocorra de forma satisfatória e positiva.

Ficou claro que a atividade lúdica influencia significativamente na construção do conhecimento infantil, sendo fonte de prazer e descoberta, permitindo à criança apropriar-se do conhecimento coletivo, tomando iniciativas, defendendo sua opinião, criticando, sugerindo e pensando.

Com este trabalho aprendi o quanto é importante à inclusão e o quanto favorece o desenvolvimento do ser humano, daquele que aprende que é capaz de muitas coisas e daquele que aprende interagindo com a diferença de outros.

Em síntese, havendo uma conscientização por parte de todos com a nossa realidade, respeitando e fazendo cumprir os direitos das crianças que são amplamente amparados por lei, com interesse, dedicação, criatividade, aplicando o jogo como recurso pedagógico, todas as crianças irão se sentir estimuladas e os resultados serão definitivamente positivos, conseqüentemente o educador terá a certeza que estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais humana, trilhando assim, sem sombra de dúvidas, o caminho mais eficaz e qualitativo para a condução do aprendizado infantil, bem como os caminhos da “verdadeira inclusão”

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, m. DE Lourdes T. **Psicologias: Uma introdução ao Estudo de Psicologia**. 11 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou Estar, eis a questão: Explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, M. T. Eglér; QUEVEDO, A. Augusto Fasolo e DE OLIVEIRA, J. Raimundo: organizadores. **Mobilidade, Comunicação e Educação: desafios à acessibilidade**., Rio de Janeiro: WVA, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1 ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

POLETTTO, Raquel Conte. **A ludicidade da criança e suas relações com o contexto familiar**. Disponível em <http://www.scielo.com.br>.

Revista Nova Escola. 11 ed. São Paulo: Ed. Abril, 2006.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SYAULYS, Mara O Campos. **Brincar para todos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

WERNECK, Cláudia. **Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu TODOS?** Rio de janeiro: WVA, 1999.